

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

MAPEAMENTO DOS ACERVOS PRIVADOS DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA: DIFUSÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL BRASILEIRO

Renato de Mattos, Universidade Federal Fluminense, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1039-6518>, Brasil, renato_mattos@id.uff.br

Eixo: Impactos Sociais

1 Introdução

No final da década de 1980, às vésperas da celebração do centenário da Proclamação da República, os documentos privados dos presidentes da República passaram a figurar entre os temas prioritários da agenda governamental brasileira. Paralelamente às comemorações oficiais da efeméride, importantes iniciativas foram promovidas pelo poder público com o intuito de identificar e reunir informações sobre os acervos dos ex-presidentes. Foi nesse contexto que, em 1991, sancionou-se a Lei nº 8.394, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República.

Mais de três décadas após a promulgação da chamada “Lei dos Acervos Presidenciais”, a situação desses acervos ainda apresenta importantes desafios. Embora a legislação brasileira reconheça o valor dos conjuntos documentais produzidos e acumulados pelos mandatários — atestando seu interesse público e social e os compreendendo como parte representativa do patrimônio histórico-cultural nacional —, tais acervos encontram-se, em grande medida, dispersos entre instituições públicas e privadas. Soma-se a isso o elevado grau de fragmentação de documentos pertencentes a um mesmo titular, muitas vezes distribuídos entre arquivos, museus, bibliotecas e centros de memória. Esse cenário é agravado pela escassez de guias, inventários e outros instrumentos de pesquisa que possibilitem a sistematização de informações

sobre a localização, as características e a composição dos arquivos presidenciais.

Nesse contexto, esta comunicação apresenta resultados parciais de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)¹, cujo objetivo geral é identificar e promover a difusão dos arquivos presidenciais custodiados por instituições localizadas nos municípios do Rio de Janeiro (RJ) e de Niterói (RJ). A proposta contempla a elaboração de um instrumento de pesquisa contendo informações detalhadas sobre os acervos, como o nível de tratamento arquivístico, a representatividade dos conjuntos documentais, as condições de acesso e as abordagens teórico-metodológicas que fundamentaram as práticas de conservação, organização e descrição. Entre os objetivos específicos da pesquisa, destaca-se a problematização dos critérios estabelecidos na legislação brasileira que definem a natureza pública ou privada dos documentos produzidos e acumulados pelos presidentes da República. Também se enfatiza a relevância dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos enquanto parte constitutiva do patrimônio cultural e como fontes privilegiadas para a compreensão dos contextos históricos e políticos do país.

2 Referencial Teórico

Desde as últimas décadas do século XX, os arquivos pessoais têm adquirido reconhecimento crescente como fontes fundamentais para a construção da memória

coletiva, para o desenvolvimento do conhecimento histórico e para práticas educativas. Além disso, constituem suporte relevante para manifestações criativas e para a formulação de políticas identitárias (Hobbs, 2016; Mattos & Pereira, 2019). Definidos como “conjuntos orgânicos e autênticos, representativos das atividades que lhes deram origem” (Camargo, 2009, p. 28), esses arquivos revelam-se recursos valiosos para pesquisadores de distintas áreas do saber, como História, Literatura, Direito, Antropologia e Sociologia.

No entanto, no contexto brasileiro, apenas uma parcela restrita desses acervos recebe tratamento técnico adequado por parte de instituições especializadas em preservação e difusão documental. Mesmo entre tais instituições, os critérios de aquisição nem sempre consideram a função social dos arquivos ou seu potencial de diálogo com distintos segmentos da sociedade (Dias, 2023). Com frequência, as políticas de incorporação e salvaguarda baseiam-se em critérios temáticos ou subjetivos, muitas vezes definidos pelos interesses de um grupo limitado de pesquisadores (Oliveira, 2012; Troitiño, 2016). Nesse cenário, a declaração de interesse público e social, prevista na Lei nº 8.159/1991, bem como a Lei nº 8.394/1991, que dispõe sobre a proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, configuram-se como instrumentos jurídicos relevantes para o debate sobre políticas de preservação arquivística. No entanto, a efetivação da declaração de interesse público esbarra em diversos obstáculos, entre os quais se destacam o reduzido número de arquivos formalmente reconhecidos e o desconhecimento, inclusive no meio acadêmico, acerca desse mecanismo legal.

A situação dos arquivos presidenciais ilustra de maneira emblemática os desafios enfrentados no campo da preservação documental no Brasil. Ainda que a Lei nº 8.394/1991 reconheça automaticamente tais acervos como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, observa-se sua significativa dispersão entre diferentes instituições, bem como a ausência de instrumentos de pesquisa

que facilitem o acesso e a compreensão desses conjuntos documentais. Embora a legislação preveja que os documentos integrantes desses arquivos pertençam ao presidente da República — podendo, portanto, ser herdados, doados ou alienados —, estabelece-se também o “direito de preferência” da União em caso de venda, o que, contudo, não tem garantido sua incorporação sistemática ao patrimônio público.

A questão da distinção entre documentos públicos e privados dos presidentes voltou ao centro do debate recentemente, com questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a incorporação de presentes oficiais aos acervos pessoais dos mandatários. O Acórdão nº 2.255/2016 do TCU determinou que documentos bibliográficos e museológicos recebidos em eventos oficiais integram o patrimônio da União, salvo itens de uso pessoal. Não obstante a ampla cobertura dada pelos órgãos de imprensa às investigações sobre os arquivos presidenciais, as questões suscitadas pelas ambiguidades da Lei nº 8.394 foram insuficientemente debatidas pela comunidade arquivística brasileira. Em grande medida, a temática dos conjuntos documentais presidenciais permanece alheia à maioria dos pesquisadores das áreas da Arquivologia e da Ciência da Informação, refletindo na persistência de omissões da legislação que trata da matéria não apenas em relação à composição dos acervos privados dos presidentes, mas também aos meios mais apropriados de organizar, preservar e dar acesso a esses documentos (Mattos, 2024).

Além disso, embora a Comissão Memória dos Presidentes da República — criada pela Lei nº 8.394 e subordinada ao Departamento de Documentação Histórica da Presidência — tenha realizado esforços significativos, dos 33 arquivos presidenciais existentes no país, cerca de um terço permanece indisponível para consulta pública (Lopes & Rodrigues, 2019). Ainda segundo Lopes e Rodrigues (2019), em muitos casos, sequer há informações sobre o depositário responsável. Cumpre assinalar que, salvo raras exceções, a documentação de um mesmo titular se encontra fragmentada em mais de uma instituição pública ou privada,

como arquivos, museus e centros de documentação. No entanto, embora algumas das instituições mantenedoras dos arquivos presidenciais sejam dotadas de corpo técnico especializado no tratamento de acervos de valor histórico, a desagregação dos conjuntos documentais dificulta o acesso e a efetiva exploração do potencial informacional dos acervos (Mattos, 2024).

Com efeito, para que o potencial histórico-cultural dos acervos presidenciais possa efetivamente promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais, conforme assegurado pela Constituição Brasileira de 1988, é imprescindível a realização de um mapeamento que contemple as condições da documentação, sua localização e o nível de acesso. Essa iniciativa torna-se ainda mais urgente e necessária diante dos estudos realizados nos últimos anos (Pascoal, 2024; Mattos, 2020; Lopes & Rodrigues, 2019), que evidenciam o alto grau de dispersão dos acervos presidenciais em arquivos, bibliotecas, museus e centros de memória, além da inexistência de planos interinstitucionais voltados à divulgação dessa documentação.

Conforme destacado por Lopez (2002), instrumentos de pesquisa desempenham o papel de “porta de entrada” para as instituições custodiadoras, ao oferecer um mapeamento panorâmico dos conjuntos documentais. Reconhecendo que a confecção de guias e inventários é uma atividade essencial das instituições detentoras de acervos – uma vez que é por meio desses instrumentos que o acesso pleno pode ser efetivado –, o projeto em desenvolvimento prevê que, ao seu término, o instrumento de pesquisa produzido com base nos dados coletados e analisados durante a pesquisa seja disponibilizado em formato digital para todas as instituições detentoras de acervos presidenciais. Os resultados da pesquisa serão compartilhados com os setores responsáveis pelas iniciativas de difusão e ação educativa das instituições para que as informações reunidas no instrumento possam subsidiar programas e planos de divulgação dos respectivos acervos nos âmbitos local, regional

e nacional. Além disso, o instrumento será disponibilizado para as equipes técnicas responsáveis pelo tratamento da documentação, contribuindo para a elaboração de estratégias de organização dos conjuntos documentais. Também será amplamente divulgado em cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, bem como em entidades e associações profissionais relacionadas aos campos dos arquivos, da história e do patrimônio, incluindo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e a Comissão Memória dos Presidentes da República.

É fundamental destacar que o direito à cultura é constitucionalmente assegurado aos cidadãos, assim como é dever do Poder Público preservar o patrimônio documental brasileiro — incluindo os acervos presidenciais. No entanto, para que esse direito se concretize de maneira plena e ética, é imprescindível a participação ativa da sociedade em suas diversas esferas, especialmente de acadêmicos, pesquisadores e profissionais do campo arquivístico e de áreas correlatas que atuam em instituições públicas e privadas de custódia documental. Nesse contexto, a Ciência da Informação desempenha um papel complementar ao promover reflexões sobre a ética informacional, que envolve o compromisso com a transparência, o acesso equitativo à informação e a responsabilidade na gestão de documentos públicos. Esses princípios são essenciais para fortalecer a “cidadania informacional”, permitindo que os indivíduos se apropriem criticamente de seu patrimônio histórico e cultural, desenvolvendo assim uma consciência cidadã mais ampla e participativa. Espera-se, portanto, que os resultados da pesquisa possam promover maior equidade no acesso a uma parte significativa do patrimônio documental brasileiro, contribuindo para que os arquivos presidenciais não apenas cumpram seu papel institucional, mas também sirvam de instrumento efetivo para o exercício da cidadania e para a consolidação da memória social, em conformidade com o interesse público previsto na Lei nº 8.394, de 1991.

3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualiquantitativa, exploratória e descritiva, conforme os delineamentos teórico-metodológicos de Braga (2007) e Santos (1999), o que se revela adequado à complexidade do objeto de estudo: os acervos privados de ex-presidentes da República sob custódia de instituições na região metropolitana do Rio de Janeiro. A adoção dessa abordagem mista visa a conciliar a precisão dos dados empíricos com a análise interpretativa das práticas arquivísticas e das políticas institucionais envolvidas na preservação, organização e difusão desses acervos.

A natureza exploratória da pesquisa justifica-se pela escassez de estudos sistemáticos sobre o estado atual dos arquivos presidenciais privados, cuja gestão ainda se encontra bastante heterogênea e, em muitos casos, marcada por práticas informais de custódia, organização e acesso. A investigação busca, portanto, identificar elementos estruturantes desses acervos e compreender em que medida suas condições físicas, jurídicas e técnicas se alinham com os princípios da Arquivologia e com as normativas legais que orientam a proteção e a publicização do patrimônio documental brasileiro.

Simultaneamente, o caráter descritivo da pesquisa está relacionado à necessidade de detalhar as características dos fundos documentais analisados, os métodos de tratamento documental aplicados e os instrumentos disponíveis para consulta. Essa descrição sistemática possibilita a produção de um conhecimento objetivo sobre os arquivos presidenciais estudados, ao mesmo tempo que permite a identificação de lacunas, contradições e potencialidades no que diz respeito ao acesso à informação e à preservação da memória institucional.

O ponto de partida metodológico da investigação reside na revisão bibliográfica especializada e na análise da legislação brasileira aplicável à temática dos arquivos privados de interesse público. Esta etapa permite a consolidação de uma base teórica sólida, composta por autores de referência nas

áreas de Arquivologia e Ciência da Informação, bem como pela consulta às normas legais e regulatórias que estabelecem os deveres do Estado e os direitos dos cidadãos em relação ao patrimônio documental de interesse histórico, cultural e social. Entre os dispositivos analisados, destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.159/1991, que institui a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, e a Lei nº 8.394/1991, que declara de interesse público e social os documentos produzidos e acumulados pelos presidentes da República do Brasil.

Com base nesse arcabouço normativo, torna-se possível articular criticamente os procedimentos arquivísticos adotados nas instituições com os princípios legais que norteiam o tratamento da documentação. Tal articulação é essencial para evitar práticas descontextualizadas que tratam os documentos apenas como fontes informativas isoladas, em detrimento de sua dimensão orgânica, funcional e institucional — aspecto que a Arquivologia valoriza em sua metodologia descritiva.

Na fase empírica, será realizada uma compilação sistemática das informações disponibilizadas on-line pelos órgãos responsáveis pela custódia dos arquivos presidenciais. Ainda que reconhecidamente incompletas ou desatualizadas em alguns casos, essas informações oferecem subsídios iniciais para a caracterização do acervo, como volume estimado, séries documentais, instrumentos de pesquisa disponíveis e políticas de acesso e difusão. O levantamento virtual funciona, portanto, como ponto de partida para a triangulação com os dados obtidos nas etapas subsequentes da pesquisa. Em continuidade, serão realizadas entrevistas semiestruturadas (Minayo, 2002) com os profissionais envolvidos na organização, conservação e difusão dos acervos. A escolha por essa técnica qualitativa permite captar não apenas os procedimentos técnicos adotados, mas também as percepções, os desafios enfrentados e as estratégias desenvolvidas pelas equipes técnicas, muitas vezes compostas por profissionais com distintas formações e experiências. As entrevistas,

realizadas presencial ou remotamente, também incluirão o exame direto dos documentos, possibilitando a identificação das espécies e tipologias documentais, assim como dos referenciais teórico-metodológicos que orientaram o tratamento dos acervos. Na organização e análise dos dados coletados, adotar-se-á uma matriz descritiva fundamentada nas contribuições de Lopez (2002), Bellotto (2006) e Meehan (2018). Essa matriz foi estruturada em cinco categorias principais, cada uma subdividida em dimensões analíticas específicas. São elas: 1. Identificação do acervo: reúne dados básicos como nome do fundo ou coleção, volume físico estimado (em metros lineares ou número de documentos) e datas-limite. Esses elementos são fundamentais para a delimitação temporal e material do acervo. 2. Contexto: compreende informações sobre o produtor dos documentos e o histórico de custódia. Esta categoria será dividida em três subcategorias: a) Custódia pessoal: abrange o período de criação, uso e guarda dos documentos pelo titular do acervo. b) História custodial: descreve as transferências sucessivas dos documentos e os meios pelos quais chegaram à instituição atual. Intervenção arquivística: identifica as ações realizadas pela instituição custodiante no que se refere à higienização, classificação, conservação e descrição dos documentos. c) Conteúdo e estrutura: oferece um panorama das principais características dos conjuntos documentais, incluindo o modelo de organização adotado, as séries e subséries, as alterações no acervo decorrentes de descartes ou acréscimos, e suas potencialidades para a pesquisa acadêmica e institucional. 3. Acesso: descreve as condições de consulta e uso dos documentos, incluindo: situação jurídica do acervo; condições de acesso físico e/ou digital; possibilidades legais de reprodução; idiomas predominantes dos documentos; Instrumentos de pesquisa disponíveis (guias, inventários, bases de dados etc.). 4. Documentação associada: mapeia outros conjuntos documentais relacionados ao arquivo em questão, sob a guarda de instituições distintas. Essa categoria é especialmente relevante em função do elevado grau de fragmentação dos

acervos presidenciais, cuja recomposição exige um olhar interinstitucional. Com base nessas categorias analíticas, será desenvolvido um instrumento de pesquisa digital, que integrará características do guia — voltado à apresentação geral da instituição, acervo, localização e serviços oferecidos (Lopez, 2002, p. 23) — e do inventário, que descreve as séries documentais, volumes e datas-limite (Lopez, 2002, pp. 29–30). Esse híbrido metodológico visa a atender diferentes perfis de usuários, desde pesquisadores especializados até o público em geral, promovendo maior visibilidade e acessibilidade aos acervos. O produto final da pesquisa será, portanto, um instrumento de referência para o campo arquivístico, que poderá subsidiar ações futuras de preservação, organização e difusão. A sistematização dos dados permitirá, ainda, a reflexão crítica sobre os limites e potencialidades das abordagens atualmente empregadas, incentivando práticas arquivísticas mais coerentes com os princípios da ética informacional, da transparência pública e da formação cidadã. Em síntese, a abordagem metodológica adotada é não apenas tecnicamente adequada, mas também epistemologicamente coerente com os pressupostos da Arquivologia enquanto disciplina comprometida com a organização, a preservação e o acesso aos documentos produzidos no curso das atividades de pessoas físicas e jurídicas. A articulação entre teoria, método e prática reafirma o compromisso da pesquisa com a valorização do patrimônio documental brasileiro e com o fortalecimento do direito ao acesso à informação como vetor de cidadania.

4 Resultados Parciais

Embora os arquivos presidenciais sejam reconhecidos como fontes representativas da história da República brasileira, a dispersão e a fragmentação dos conjuntos documentais em distintos espaços públicos e privados, aliada à ausência de planos interinstitucionais voltados à sua divulgação, reforçam a “invisibilidade” desses acervos.

Trata-se de um problema que não é recente. Em suas respectivas pesquisas, Israel Beloch (1986) e Suely Braga da Silva (1989) já haviam alertado para o elevado grau de desagregação dos documentos presidenciais brasileiros. Em seu Guia dos arquivos privados relevantes para o estudo da história política econômica no Brasil (1822-1964), Beloch era taxativo ao afirmar que:

Pode ser elucidativa a documentação de personagens que exerceram funções medulares na elaboração de políticas e na definição de cada momento histórico. Por um lado, devido à prática corrente em nosso país de integrar às coleções privadas papéis produzidos nos órgãos públicos, e por outro, pela capacidade que têm a correspondência e diferentes materiais privados de iluminar o processo de tomada de decisão e as pressões exercidas pelos agentes da economia, revelando dados dissimulados no formalismo dos textos oficiais. Essas coleções pessoais vêm, assim, complementar os arquivos públicos, nem sempre, como se sabe, convenientemente conservados e organizados. Vêm igualmente contribuir para o conhecimento de grandes empreendimentos privados, dada usual superposição, numa mesma personalidade, de funções públicas e empresariais, circunstância retratada nos arquivos correspondentes. No entanto, ao contrário dos centros mais avançados que investem de modo crescente no censo de seus arquivos privados, predomina entre nós completo desconhecimento nesse campo (Beloch, 1986, pp. 15)

A atualidade do diagnóstico apresentado por Beloch há quatro décadas é, no mínimo, inquietante. Embora os avanços alcançados desde então sejam inegáveis, uma parte significativa dos documentos privados produzidos por cidadãos que ocuparam “funções medulares” na República brasileira permanece incógnita ou de acesso restrito. Na cidade do Rio de Janeiro (RJ), por exemplo —

onde se concentram integral ou parcialmente mais da metade dos acervos presidenciais que passaram por algum tipo de tratamento (Lopes & Rodrigues, 2019) —, a fragmentação da documentação pertencente a um mesmo titular é especialmente evidente.ⁱ

Sem dúvidas, o caso mais exemplar da segmentação dos documentos é o de Getúlio Vargas. Atualmente, estão sob custódia do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) os documentos que até o início dos anos de 1970 estavam sob os cuidados de sua filha, Alzira Vargas, enquanto que na Academia Brasileira de Letras são preservados alguns dos documentos produzidos pelo ex-presidente entre os anos de 1943 e 1954, período em que foi membro. Em 2004, por ocasião da celebração dos 50 anos de sua morte, a prefeitura do Rio de Janeiro inaugurou o Memorial Getúlio Vargas, espaço onde itens de seu acervo pessoal seguem ainda hoje expostos ao público. Já no Museu da República, instalado no Palácio do Catete — que sediou a Presidência da República até a transferência da capital para Brasília, em 1960 —, dois conjuntos documentais que retratam a vida íntima e a trajetória política do ex-presidente: a coleção Getúlio Vargas, formada artificialmente pelos funcionários do Museu da República, a partir da reunião de documentos do Museu Histórico Nacional e de doações avulsas de aliados e cidadãos comuns, e a coleção Celina Vargas, que reúne diversos documentos doados pela neta do mandatário em abril de 1999, incluindo diplomas, cartões de visita, homenagens, exames médicos, cadernetas bancárias, documentos de identidade pessoal, notas fiscais referentes aos serviços prestados à campanha eleitoral, fotografias registrando sua vida familiar etc.

Há também casos em que a dispersão dos documentos de um mesmo titular decorre de abordagens alheias aos princípios básicos da Arquivologia. De “somatória de elementos articulados e indissociáveis” (Camargo, 2009, p. 29), os conjuntos documentais são erroneamente submetidos a tratamentos pautados na premissa de que os itens são

dotados de “autonomia de significado”. Nesse sentido, os procedimentos voltados à preservação das redes de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo — indispensáveis para a manutenção da representatividade do acervo — cedem lugar a iniciativas que priorizam determinados documentos com base no interesse que possam despertar entre pesquisadores ou em sua suposta aderência temática ao perfil da instituição custodiadora. Foi esse o motivo que levou à incorporação, ao acervo da Casa de Oswaldo Cruz (COC) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), de cartas, ofícios e telegramas contendo pedidos de doações de ambulâncias e remédios, endereçados ao presidente Emílio Médici entre 1972 e 1974. Em razão de sua relação temática com a área da saúde — eixo central das pesquisas realizadas na instituição e do perfil temático da documentação ali preservada —, essa correspondência foi segregada de outra parte do acervo privado de Médici, preservada desde a década de 1990 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.ⁱⁱ

Outra prática comumente adotada pelos detentores de acervos presidenciais — e que dificulta ou até inviabiliza a compreensão da funcionalidade e do contexto de produção dos documentos produzidos e acumulados por um presidente da República — é a desagregação dos conjuntos com base em suas características físicas, como o suporte, o formato e a técnica de registro, além do gênero documental, compreendido como o “sistema de signos utilizados na comunicação do conteúdo dos documentos” (Camargo, 2011, p. 157). Embora essa separação seja geralmente justificada pelas especificidades físicas dos documentos — que exigiriam condições especiais de armazenamento —, como ocorreu recentemente com a divisão dos documentos de Jair Bolsonaro entre duas instituições distintas (Arquivo Nacional e Fundação Biblioteca Nacional), a operação faz com que os itens sejam “apartados de seus contextos de produção, e não apenas fisicamente”. (Camargo, 2011, pp. 158).

Com efeito, por meio da preservação dos nexos entre os documentos e o seu contexto originário de proveniência, tanto os presentes

quanto os demais itens recebidos pelo presidente da República, por mais que sejam desprovidos de metadados e sejam dotados de características heterogêneas e pouco convencionais, podem, a princípio, ser compreendidos como parte de seu arquivo. Tal premissa constitui o cerne da proposta formulada por Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2007) que balizou os trabalhos da equipe dedicada à organização do arquivo pessoal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Não obstante a complexidade e o caráter multifacetado do arquivo, em que, a exemplo de tantos outros arquivos pessoais, documentos dos mais variados formatos, gêneros e suportes coexistem, as autoras enfatizam a importância de compreendê-lo como um conjunto indissociável “cujas parcelas só têm sentido se em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram” (Camargo & Goulart, 2007, p. 35-36). Os resultados da aplicação da metodologia elaborada pelas autoras se distinguem pela oportuna ênfase conferida à abordagem contextual, “operação-chave da metodologia arquivística”, mas também por inovar ao incorporar livros e objetos ao universo dos arquivos a partir de modelos descritivos coerentes com os princípios da área (Camargo; Goulart, 2007, p. 36).

Ao destacar a importância da compreensão da dimensão instrumental dos documentos no contexto das atividades desenvolvidas por pessoas físicas e jurídicas, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1998) é categórico ao criticar abordagens reducionistas que negligenciam esse aspecto fundamental. Segundo o autor, é inadequado — e mesmo inoportuno — adotar perspectivas centradas exclusivamente em descrições superficiais baseadas em temas ou assuntos, ou ainda em esforços interpretativos análogos àqueles empregados pelos historiadores no exercício de seu ofício. Essas abordagens, ao privilegiarem o conteúdo dos documentos em detrimento do contexto de sua produção, acabam por esvaziar a especificidade arquivística dos conjuntos documentais e comprometem sua função primária como

evidência das ações e decisões dos sujeitos e instituições que os produziram.

Meneses alerta para o risco de se desconsiderar que os documentos não são, em essência, produzidos com a finalidade de narrar ou interpretar o passado, mas sim como registros formais de atos administrativos, jurídicos, financeiros ou pessoais no curso das atividades cotidianas. Sua significância, portanto, está intrinsecamente ligada ao vínculo orgânico com o contexto institucional e funcional em que foram gerados. Ignorar essa natureza e privilegiar leituras pautadas unicamente na interpretação do conteúdo pode conduzir a distorções analíticas, rompendo com os princípios fundamentais da Arquivologia e comprometendo a autenticidade e a inteligibilidade dos documentos.

Dessa forma, a advertência de Ulpiano Meneses reforça a centralidade da abordagem arquivística pautada na contextualização dos documentos, exigindo do profissional da informação não apenas domínio técnico, mas também sensibilidade teórica para reconhecer os limites e potencialidades dos documentos como fontes de informação vinculadas à sua gênese, às estruturas de poder, às dinâmicas institucionais e às práticas sociais que lhes conferem sentido. Tal compreensão é essencial para assegurar a preservação da integridade arquivística e para promover o acesso responsável e ético aos acervos, em consonância com os princípios da Ciência da Informação. Segundo o autor:

O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é

fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica. (Meneses, 1998, pp. 102)

No entanto, se a prática adotada no processo de organização do arquivo de Fernando Henrique Cardoso revela a importância do entendimento dos conjuntos documentais enquanto conjuntos indissociáveis, o reconhecimento do estatuto arquivístico dos documentos reunidos pelos presidentes não significa, por óbvio, que devam ser desconsideradas algumas questões sensíveis comuns aos acervos de titulares de cargos públicos. As suspeitas que pairam sobre as circunstâncias em que as joias e outros itens de valor foram oferecidos ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, incluindo as tentativas de venda dos objetos no exterior, reforçam a necessidade de se equilibrar o respeito aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da moralidade que fundamentam a administração pública com os princípios arquivísticos que conferem o lastro teórico-metodológico essencial para que os acervos presidenciais, reconhecidos como de interesse público, sejam devidamente organizados, descritos e disponibilizados aos cidadãos (Mattos, 2024).

A discussão proposta nos remete à problemática delimitação conceitual estabelecida pelo decreto nº 4.344/2002 entre documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos — critérios que se somam às circunstâncias em que os documentos foram recebidos pelo presidente da República para a definição de sua natureza pública ou privada. Sem nos determos em uma caracterização exaustiva, é importante destacar que, se os documentos de arquivo se particularizam pelo fato de serem produzidos “de forma natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história”, nas bibliotecas e museus, os documentos são dotados de “autonomia de significado e constituem

unidades de autossuficiência cuja descrição pode ser feita a partir de regras gerais, sem que se considere o contexto em que foram produzidos ou acumulados” (Camargo & Goulart, 2007, pp. 54).

Nesse sentido, em que pese as especificidades dos documentos arquivísticos e bibliográficos, Camargo e Goulart demonstram ser possível compreender as coleções de livros coexistentes em arquivos pessoais como parcelas representativas das atividades e das áreas de interesse dos respectivos titulares. Partindo da experiência do tratamento dos acervos de Ruth Cardoso e Fernando Henrique Cardoso, as autoras apontam para a possibilidade da aplicação de práticas descritivas comuns aos arquivos, museus e bibliotecas:

A necessidade de dar à biblioteca a funcionalidade que lhe é própria, descrevendo e indexando seus documentos de acordo com normas convencionais da área, não impediu que as diferentes unidades que a integram se submetessem, sempre que possível, a um processo de contextualização. (Camargo & Goulart, 2007, pp. 55)

Uma possível solução que seja tanto capaz de dirimir os efeitos do alto grau de fragmentação da documentação quanto para o equacionamento do impasse entre a natureza pública e privada dos acervos presidenciais é a análise da experiência de outros países que, assim como o Brasil, dispõem de dispositivos legais voltados à preservação da documentação de chefes de Estado. Apesar das especificidades das normas em vigor nos Estados Unidos, na Argentina e na França, tais modelos se destacam por adotar critérios objetivos que não se baseiam nas características físicas dos documentos. Tal abordagem contrasta com a legislação brasileira, que, como já mencionado, estabelece parâmetros imprecisos e pouco compatíveis com as áreas correlatas ao tema, ao utilizar critérios contextuais — como a participação em eventos oficiais ou não — e supostas características dos documentos —

“natureza arquivística, bibliográfica e museológica” — que se sobrepõem e dificultam a distinção efetiva entre documentos públicos e privados.

Mesmo quando sob a guarda de instituições públicas, o acesso aos acervos presidenciais por parte da sociedade é frequentemente limitado por diversos fatores. Um exemplo emblemático é o acervo de Humberto de Alencar Castello Branco, entregue em 1988 por seus familiares à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), situada na cidade do Rio de Janeiro. A proposta dos herdeiros do ex-presidente era que a documentação permanecesse sob custódia do Exército Brasileiro até que fosse criado, no âmbito do Arquivo Nacional, um Centro de Arquivos Particulares de Ex-Presidentes da República. Decorridas mais de três décadas, o referido centro ainda não foi implementado, e os documentos permanecem depositados nas instalações da ECEME, especificamente na chamada “Biblioteca 31 de Março”, em alusão à data em que o golpe militar de 1964 foi instaurado. Em 2017, a família de Castello Branco assinou um termo aditivo ao convênio original, prevendo a digitalização e a disponibilização on-line do acervo. Com isso, foi revogada a cláusula anterior que restringia o acesso à documentação apenas às dependências militares e mediante autorização prévia do Comandante da instituição. Apesar de a digitalização ter sido iniciada em 2020, até o presente momento o acesso permanece limitado à consulta presencial dos originais, na sede da ECEME, e sempre sob a supervisão de oficiais responsáveis pela biblioteca.

A partir dos resultados parciais obtidos no levantamento dos acervos presidenciais custodiados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ), e com base nas contribuições teórico-metodológicas de Antonia Heredia Herrera (1991) e Heloísa Bellotto (2014), compreende-se que a função primordial dos arquivos é garantir o amplo acesso à informação. Para tanto, faz-se necessário aplicar, de forma rigorosa, os princípios da Arquivologia, assegurando a autenticidade, a integridade e a acessibilidade dos documentos.

Nesse sentido, os arquivos não apenas subsidiam o processo decisório e o funcionamento das esferas governamental, empresarial e pessoal, mas também cumprem papel estratégico na formação cidadã, ao possibilitar que os indivíduos compreendam e (re)construam sua história, memória e identidade coletiva.

Como destaca Heredia Herrera (1991), a forma mais eficaz de tornar acessível um *corpus* documental é mediante a elaboração de instrumentos de pesquisa que promovam a difusão dos arquivos para além dos círculos acadêmicos e administrativos. Essa prática ético-informacional é fundamental para a democratização do acesso ao conhecimento, pois visa atingir públicos historicamente afastados dessas instituições, como estudantes da educação básica, professores da rede pública e comunidades periféricas. A ética informacional, nesse contexto, transcende o compromisso técnico com a gestão documental e envolve a responsabilidade social de garantir que a informação pública cumpra seu papel de bem comum.

A difusão, entendida como processo de aproximação entre os arquivos — enquanto instituições de guarda e memória — e a sociedade que originou os documentos, é essencial para consolidar a cidadania informacional. Conforme observa Barros (2020, p. 77), essa prática se realiza por meio do uso de tecnologias de comunicação, informação e editoração, que ampliam os canais de acesso e participação social. Assim, a construção de instrumentos de pesquisa voltados aos acervos presidenciais não apenas amplia a visibilidade desses documentos entre usuários especializados, mas também promove a inclusão de segmentos sociais com pouca familiaridade com a lógica arquivística, fortalecendo o papel dos arquivos como repositórios do patrimônio documental brasileiro e agentes ativos de mediação cultural e educativa.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam com subsídios relevantes para a formulação de políticas e ações voltadas à difusão de uma parte expressiva do patrimônio documental nacional, ao mesmo tempo em

que reforcem o cumprimento do “interesse público e social” previsto na Lei nº 8.394/1991. A proposta de inventariar e divulgar os acervos presidenciais por meio da elaboração de instrumentos de pesquisa e da promoção de ações de publicização de documentos de valor histórico e cultural reveste-se de atualidade e relevância, especialmente quando alinhada a diretrizes globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Destacam-se, nesse escopo, os compromissos de “assegurar o acesso público à informação” e “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural” (ONU, 2015), reiterando o papel social dos arquivos na construção de uma sociedade mais informada, crítica e participativa.

5 Considerações Parciais

A preservação do patrimônio documental, bem como a garantia do direito ao acesso à informação, são pilares fundamentais para a construção da memória coletiva de uma nação. Esses princípios não apenas sustentam a identidade histórica e cultural de um povo, como também viabilizam o exercício da cidadania, na medida em que o acesso à informação fortalece a transparência, a responsabilização institucional e o controle social. Os instrumentos de pesquisa, nesse cenário, assumem um papel imprescindível na organização e no controle do acesso aos acervos, especialmente àqueles de inegável valor histórico e cultural, como os arquivos privados de ex-presidentes da República.

Enquanto obras de referência, os instrumentos de pesquisa agrupam informações detalhadas sobre a localização dos documentos, o nível de organização, as condições físicas e jurídicas de acesso, e o histórico de formação dos conjuntos documentais. Ao sistematizar essas informações, tais ferramentas não apenas facilitam a consulta por parte de pesquisadores, profissionais da informação e cidadãos em geral, mas também asseguram a preservação, valorização e disseminação do patrimônio documental. São, portanto, instrumentos de mediação entre o documento

e o usuário, permitindo que o acervo transcenda os limites físicos das instituições e se torne um bem público acessível e compreensível.

Nesse sentido, a elaboração de instrumentos de pesquisa eficazes e acessíveis torna-se ainda mais relevante quando se considera a realidade dos acervos presidenciais brasileiros. Tais acervos, em muitos casos, encontram-se dispersos, fragmentados e desigualmente tratados, devido à ausência de políticas públicas contínuas e integradas voltadas à sua salvaguarda. Diante desse quadro, soluções metodológicas e técnicas sistematizadas são urgentes e devem considerar não apenas aspectos práticos de organização documental, mas também questões mais amplas, como os fundamentos teóricos da Arquivologia, a ética da informação e os marcos legais que regulam o acesso e a preservação de documentos de interesse público.

No campo da Arquivologia e da Ciência da Informação, é crucial refletir sobre o papel dos instrumentos de pesquisa na mitigação dos problemas históricos de desagregação dos acervos. Essa fragmentação documental é, muitas vezes, resultado da ausência de diretrizes unificadas, da descontinuidade de projetos de gestão documental e da baixa articulação entre instituições detentoras de acervos correlatos. Nesse contexto, a proposta de elaboração de um instrumento de pesquisa que contenha informações detalhadas sobre os documentos presidenciais — incluindo o nível de tratamento, a representatividade dos conjuntos documentais, as condições de acesso e as abordagens teórico-metodológicas adotadas nas práticas de conservação, organização e descrição — visa não apenas à correção de distorções históricas, mas também à construção de uma base confiável para futuras pesquisas.

A relevância desse esforço reside, ainda, no seu compromisso com uma abordagem ética, crítica e contextualizada dos processos de arquivamento. Não se trata apenas de registrar ou descrever documentos, mas de compreendê-los enquanto produtos orgânicos das funções e atividades institucionais, preservando seu vínculo com o contexto de

produção e evitando leituras reducionistas centradas exclusivamente no conteúdo. A valorização do documento como evidência arquivística está no cerne das práticas arquivísticas contemporâneas e alinha-se aos pressupostos fundamentais da Ciência da Informação, especialmente no que diz respeito ao papel social da informação e sua função formativa.

A pesquisa, portanto, tem potencial para gerar impactos significativos, tanto no curto quanto no longo prazo, para a comunidade acadêmica, os profissionais de arquivos, os gestores de instituições custodiadoras e a sociedade como um todo. Entre os efeitos imediatos, destaca-se a disponibilização de dados cruciais que orientarão pesquisadores de diferentes áreas e níveis em seus estudos, permitindo uma análise mais precisa e contextualizada dos acervos presidenciais. A dispersão dos documentos entre diversas instituições — públicas e privadas, civis e militares, locais e nacionais — constitui um entrave histórico à pesquisa e à compreensão integrada desses conjuntos documentais. Tal fragmentação não apenas dificulta o acesso, mas compromete a percepção da totalidade e organicidade dos acervos, podendo induzir a interpretações equivocadas e comprometedoras da memória histórica nacional.

A abordagem proposta nesta pesquisa visa justamente corrigir essa lacuna, promovendo uma visão mais clara, sistemática e objetiva do patrimônio documental brasileiro, essencial para garantir a autenticidade e a integridade das informações que compõem a memória institucional e política do país. Nesse processo, destaca-se também o papel dos arquivos como instrumentos de democratização do conhecimento e de fortalecimento da cidadania. Ao garantir o acesso à documentação de interesse público, os arquivos tornam-se espaços de exercício dos direitos humanos e da educação para a cidadania crítica e participativa.

Além disso, o desenvolvimento técnico e a capacitação das equipes responsáveis pelo tratamento da documentação privada dos presidentes serão significativamente beneficiados com a publicação dos resultados

da pesquisa. Em muitos casos, essas equipes operam com recursos limitados, formações diversas e acesso restrito a protocolos atualizados de tratamento arquivístico. A disponibilização dos dados obtidos fornecerá subsídios fundamentais para o aprimoramento das práticas profissionais, a uniformização de metodologias e a construção de políticas institucionais mais eficazes e sustentáveis.

Por fim, ressalta-se o potencial da pesquisa para ampliar a visibilidade das instituições custodiadoras dos acervos presidenciais, muitas das quais ainda são pouco conhecidas ou mesmo subutilizadas por pesquisadores e pelo público em geral. A divulgação dos resultados, associada à construção de instrumentos de pesquisa digitais e acessíveis, não apenas fortalece o papel dessas instituições como centros de memória, mas também contribui para o avanço da transparência pública e da difusão cultural. Tal esforço se coaduna com os princípios fundamentais da Arquivologia, especialmente no que tange à função social dos arquivos, à ética informacional e à mediação entre o documento e a sociedade.

Dessa forma, a realização desta pesquisa e a elaboração de instrumentos de pesquisa adequados para os acervos presidenciais não só contribuirão para a preservação do patrimônio documental, como também para a promoção do direito à informação, a qual é reconhecida constitucionalmente como fundamento do Estado Democrático de Direito. Ao promover a articulação entre técnica, ética e cidadania, a pesquisa reforça a centralidade da informação para a construção de uma sociedade mais justa, crítica e participativa. A ampliação dessas reflexões no âmbito da Arquivologia e da Ciência da Informação constitui, portanto, um passo essencial para o fortalecimento das políticas de memória e para o engajamento social com a preservação da história nacional.

6 Referências

- Barros, T. H. B. (2020). Arquivos permanentes: aspectos iniciais de sua organização. Em A. C. A. Mariz, T. R. R. Rangel (Eds.). *Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória* (pp. 65-82). Editora Fundação Getulio Vargas.
- Beloch, I. (1986). *Guia dos arquivos privados relevantes para o estudo da história política econômica no Brasil (1822-1964)*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Bellotto, H. L. (2006). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Editora Fundação Getulio Vargas.
- Braga, K. S. (2007). Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. Em S. P. M. Mueller (Ed.), *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação* (pp. 17-38). Thesaurus.
- Camargo, A. M. A. (2009). Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro* (2), 26-39. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf.
- Camargo, A. M. A. (2011). Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gêneros documentais. Em L. M. V. Oliveira, E. Vasconcellos (Eds.). *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar* (pp. 157-166). Fundação Casas de Rui Barbosa.
- Dias, F. C. (2023). *Aquisição de acervos arquivísticos: um estudo do termo e de suas práticas*. [tese de doutoramento, Universidade Federal Fluminense]. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
- Heredia Herrera, A. (1991). *Archivistica General: Teoría y práctica*. Diputación Provincial de Sevilla.
- Hobbs, C. (2016). Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. Em T. Eastwood, H. Macneil (Eds.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico* (pp. 303-341). Editora Universidade Federal de Minas Gerais.
- Lopes, B. P., & Rodrigues, G. M. (2019). Os acervos privados de presidentes da República no Brasil. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, (10)1, 64-80. <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/153587>
- Lopez, A. P. A. (2002). *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- Mattos, R. (2024). Acervos presidenciais brasileiros: entre o patrimônio público e a propriedade privada. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, 37(4), 1-24, 2024.

- <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2140>.
- Mattos, R. (2020). Entre o interesse público e o privado: natureza jurídica e amparo legal dos acervos presidenciais brasileiros. Em R. Mattos & V. M. M. Fonseca et al (Eds.), *Tendências de pesquisa no PPGCI/UFF*. (pp. 106-122) Tikinet.
- Mattos, R. & Pereira, A. A. (2019). Discussões em torno dos arquivos pessoais face à teoria arquivística. *Biblos*, (33), 75-91. <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/8826>.
- Meehan, J. (2018). Novas considerações sobre ordem original e documentos pessoais. In L. Heymann, & L. Nedel (Eds.), *Pensar os Arquivos: uma antologia* (pp. 305-327). Editora Fundação Getulio Vargas.
- Meneses, U. T. B. (1998). Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, (21), 89-104. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2067>.
- Minayo, M. C. S. (2002). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, Vozes.
- Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisas em administração*, 1(3), 1-25.
- Oliveira, Lucia. M. V. (2012). Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. Em L. M. V. Oliveira, M. C. S. M. Silva (Eds.). *Políticas de aquisição de preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa* (pp. 117-130). Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>
- Pascoal, G. S. (2024). *Arquivos pessoais presidenciais: seus instrumentos legais e suas instituições de custódia*. [Dissertação de mestrado, Fundação Casa de Rui Barbosa]. Programa de Pós Graduação em Memória e Acervos.
- Santos, A. R. (1999). *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. DP&A.
- Silva, S. B. (1989). *Os presidentes da República: guia de acervos privados*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.
- Troitiño, S. (2016). Avaliar para incorporar: políticas institucionais de formação de acervo. *Resgate*, (24) 2, 27-46. <https://doi.org/10.20396/resgate.v24i2.8647844>.

NOTAS

¹ Agradecemos à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) por financiar a pesquisa no âmbito do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE).

ⁱ Atualmente, os acervos presidenciais sob a guarda de instituições públicas e custódia localizadas no Rio de Janeiro (RJ) são: Marechal Deodoro da Fonseca (Museu Histórico Nacional), Floriano Peixoto (Arquivo Nacional e Museu Histórico Nacional e Arquivo Histórico do Itamaraty), Prudente de Moraes (IHGB e Arquivo Nacional), Rodrigues Alves (IHGB), Afonso Pena (Arquivo Nacional), Nilo Peçanha (Museu da República), Hermes da Fonseca (Museu Histórico Nacional), Venceslau Brás (CPDOC e Museu Histórico Nacional), Epitácio Pessoa (IHGB e Museu da República), Washington Luís (Museu Histórico Nacional), Getúlio Vargas (CPDOC, Academia Brasileira de Letras, Museu da República e Memorial Getúlio Vargas), Eurico Gaspar Dutra (CPDOC e Museu Histórico Nacional), Café Filho (CPDOC), Juscelino Kubitschek (Museu Histórico Nacional), João Goulart (Arquivo Nacional, CPDOC e Fundação Biblioteca Nacional), Humberto Castello Branco (ECEME), Artur da Costa e Silva (CPDOC),

Emílio Médici (Arquivo Nacional, Casa de Oswaldo Cruz e IHGB), Ernesto Geisel (Arquivo Nacional, CPDOC e Museu Histórico Nacional), João Batista Figueiredo (Arquivo Nacional), Tancredo Neves (CPDOC), José Sarney (Arquivo Nacional) e Jair Bolsonaro (Arquivo Nacional e Fundação Biblioteca Nacional). É importante sublinhar que outras parcelas dos mesmos acervos hoje se encontram preservadas em instituições sediadas nos estados de Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal.

ⁱⁱ O IHGB preserva em seu arquivo 21 caixas com documentos textuais e iconográficos de Emílio Médici. O fundo (BR RJIHGB 117) possui cartas, recortes de jornais, convites, agendas, notas, atas, ofícios, livros, bilhetes, discursos, diplomas, certificados etc. O inventário da documentação está em fase de elaboração.